

REFLEXÕES A PROPÓSITO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO TERRITÓRIO DE CIDADANIA VELHO CHICO - BA A PARTIR DE ASSOCIAÇÕES DE MULHERES RURAIS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA AUTONOMIA

ALVES, Maria Ângela Silva¹; SOUZA, Heron Ferreira de²; COSTA, Davi Silva da³;
CARMO, Mônica da Silva⁴; CRUZ, José de Jesus⁵.

Resumo: As Associações de Mulheres visam agregar as trabalhadoras rurais e camponesas, tendo como meta o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental, diminuindo as diferenças e conquistando a plena cidadania. As Associações de Mulheres Rurais têm representado uma importante estratégia de auto-reconhecimento, valorização, empoderamento, luta e inclusão produtiva das mulheres rurais, em certa medida dando papel de destaque a mulher, mas muitas vezes não superando totalmente as condições históricas das relações domésticas. A pesquisa-ação desenvolvida evidenciou como em determinado caso a ação de atores institucionais / territoriais associado a capacidade colaborativa e organizativa interna de um grupo de mulheres promoveu avanços significativos; e em outro caso, como o contexto contraditório de construção da colaboração dificulta a organização sócio-produtiva, por um lado, mas a força das relações com atores territoriais permite acessar políticas, por exemplo, resultando em um quadro analítico por categorias.

PALAVRAS-CHAVE: Associação de mulheres rurais. Autonomia. Economia Solidária.

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa realizada sobre o rural no Território Velho Chico (TVC) assentou-se no entendimento da dinâmica territorial, a partir dos atores territoriais envolvidos, suas institucionalidades, redes de relações, acesso e processo de execução das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar. Esses aspectos foram fundamentais para a compreensão dos caminhos traçados e das direções seguidas pelos grupos de mulheres pesquisados (entendidos nesse contexto como atores territoriais),

1 Técnica Agrícola pelo IF Baiano, estudante de graduação em Administração pela UNEB e estagiária LaPPRuDes. angelariacho@hotmail.com

2 Geógrafo (UNEB) e Professor do IF Baiano, Doutor em Educação (Políticas, Administração e Sistemas Educacionais) – Unicamp, Coordenador do LaPPRuDes.

3 Engenheiro Agrônomo (UFBA) e Professor IF Baiano, Doutorando em Ciências Sociais – Desenvolvimento Agrícola e Sociedade – CPDA/UFRB, Coordenador do LaPPRuDes. davi.costa@lpa.ifbaiano.edu.br

4 Pedagoga (UNEB) e Pós-graduanda em Inovação Social com ênfase em Agroecologia e Economia Solidária – IF Baiano, Assessora de Mulheres do NEDET/TVC e pesquisadora do LaPPRuDes. silvacarmomonica@yahoo.com.br

5 Administrador no Centro de Agroecologia no Semiárido, formado pela UNIFEV e Pós-graduando em Inovação Social com ênfase em Agroecologia e Economia Solidária – IF Baiano. jose.cruz.casagbi@gmail.com

destacando as potencialidades e fragilidades das estratégias adotadas por esses grupos ou mesmo os entraves e avanços.

Para tal análise, pautada na abordagem territorial e na cartografia social (esta entendida como um método de investigação-ação- participativa), tomou-se como recorte analítico as Associações de Mulheres de dois municípios do TVC. A partir da análise dessas associações e da rede de relações por elas construídas, se estabeleceu a análise dos outros atores territoriais na implementação do desenvolvimento.

No caso específico desse trabalho, aqui apresentado, nos centraremos na discussão das Associações de Mulheres e seus contextos relacionais no território.

As Associações de Mulheres visam agregar as trabalhadoras rurais e camponesas, tendo como meta o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental, diminuindo as diferenças e conquistando a plena cidadania.

Essas associações têm representado uma importante estratégia de auto-reconhecimento, valorização, empoderamento, luta e inclusão produtiva das mulheres rurais, em certa medida dando papel de destaque à mulher, mas muitas vezes não superando totalmente as condições históricas das relações domésticas.

O Território Velho Chico, foco potencial das políticas direcionadas ao desenvolvimento territorial e neste caso especificamente o rural, tem nos últimos anos criado oportunidades para grupos de mulheres no Território. Desta forma, há uma forte relação entre as políticas públicas e os atores responsáveis pela execução da política, assim como entre estes e seus beneficiários. É nesse sentido que se potencializa aqui a compreensão dessa dinâmica a partir das associações de mulheres rurais.

Além dos aspectos sociais e de gênero emergidos ao longo da pesquisa, destacaram-se também os relacionados a inclusão sócio produtiva, as fragilidades e potencialidades das associações e os atores relacionalmente envolvidos nisso.

A pesquisa teve como objetivos conhecer os aspectos organizacionais, produtivos, nível de espacialização das organizações de mulheres, nível de inserção nos circuitos curtos de mercados, atores envolvidos nesse processo e projetos desenvolvidos. Além disso, buscou-se compreender a trajetória das Associações naquilo que concerne aos desafios e perspectivas de seu desenvolvimento, em especial sua aproximação, diálogo e coadunação com os paradigmas emergentes nas políticas públicas, principalmente a agroecologia e a economia solidária.

2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A proposta metodológica segue os princípios da cartografia social dialogada com a investigação-ação-participativa, em que se busca conhecer e dialogar com os grupos pesquisados, levando-os a pensarem sobre sua realidade, isto é, num processo de auto-reflexão, a fim de estabelecerem os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças de forma dissolvida nas percepções e olhares das mulheres envolvidas.

Assim como, estabelecendo nesse processo, a descrição e nível de relação com outros atores territoriais e como estes foram e/ou poderão ser importantes para se alcançar objetivos desejados por essas associações.

Segundo Herrera (s/d, p. 4), “a cartografia social é uma ferramenta de grande utilidade para as partes imersas em um conflito que podem chegar a converter o problema em uma oportunidade e gerar soluções criativas”, uma vez que representa as informações das relações dos atores e suas consequências. É, portanto, uma forma de construção de conhecimento integrado sobre o território.

Deste modo, tomando o território como base fundamental da cartografia social, sustentada pela investigação-ação-participativa, tem-se os seguintes elementos: a) **investigação** – esse processo dá-se com a participação ativa da comunidade, a partir da explicitação de sua visão de mundo, olhar sobre seu contexto vivido e relato de suas experiências e relações sociais, políticas e produtivas; b) **ação** – o conhecimento e informações coletadas permite estabelecer ações sobre a realidade. Neste ponto em específico, propomos, a partir das demandas apresentadas pelas associadas, realizar processos formativos de modo a potencializar os grupos associativos, seus processos de produção e sua participação no âmbito da representatividade territorial; c) **participação** – perpassa todas as fases da pesquisa e configura-se “como um processo permanente de construção social em torno do conhecimento, experiências e propostas de transformações para o desenvolvimento”; e **sistematização** – a qual não se refere simplesmente a organização de dados coletados, mas o estabelecimento das relações entre as informações (neste caso também, a relação entre os atores territoriais, as possíveis diferenças no grau de influência desses atores nas tomadas de decisões) e aquilo que pode ser considerado como “coerência interna” dos processos instaurados na prática, isto é, a explicitação da lógica da dinâmica territorial que configura os resultados de desenvolvimento alcançados, seus obstáculos, entraves, conflitos, etc. (HERRERA, s/d, p. 8).

Em síntese, a cartografia social permitirá conhecer o território, tomando como ponto de partida as experiências socioeconômicas e políticas dos grupos associativos de mulheres do TVC, e estabelecer uma rede de relações estruturadas.

Como ferramenta de investigação-ação-participativa e de análise da realidade utilizou-se: o mapa conceitual/temático; a matriz Swot, Árvore de problemas da associação; Árvore de objetivos e também algumas entrevistas intencionais com as representantes das associações. A intervenção foi direcionada às práticas agroecológicas pelas mulheres da Associação de Riacho⁶, visto que a própria agroecologia pressupõe valores fundamentais de troca de saberes, experiências, está calcada na solidariedade e na autonomia e empoderamento dos sujeitos do campo. Com isso, a associação foco da intervenção entendeu que o fortalecimento dos princípios agroecológicos coaduna com a potencialização dos princípios da economia solidária, com a autonomia produtiva das mulheres agricultoras, com a segurança alimentar e nutricional e o comércio justo, ético e sustentável.

3 RURALIDADES, DESENVOLVIMENTO E SUJEITOS DO CAMPO

Atualmente existem inúmeras discussões acadêmicas sobre as noções de rural, campesinato, desenvolvimento e empoderamento. Todas essas questões formam parte do invólucro do que contemporaneamente circunscreve-se a questão agrária no Brasil. Processos de formulações e reformulações de identidades, estratégias e articulações, envolvem novos sujeitos e sujeitos “de sempre” em um mesmo êmbolo o qual o rural se constitui como meio o qual se produz e se reproduz a produção agrícola e, ainda mais, a produção não agrícola e a conservação da natureza.

No seio deste debate, a questão agrária se consolidou em um contexto de exclusão social e econômica, onde o acesso e a manutenção da posse de terras foi crescentemente formulando a terra como mercadoria, colocando-a a serviço dos modos especulativos, ora para o uso do agronegócio, ora como reserva de valor do segmento burguês, sendo excluídos do direito à posse aqueles que não possuíam capital suficiente para adquiri-la. A questão agrária compreende então a concentração fundiária, que se molda perante o poder político e econômico da elite rural, e demais indivíduos que lidam com a terra de uma maneira meramente mercantil (LEITE et al, 2004).

Portanto, a realidade do campo brasileiro revela as contradições das políticas de desenvolvimento do Estado brasileiro, ainda não superada e historicamente gestada: os latifúndios versus as pequenas propriedades familiares, uma agricultura agroexportadora versus as pequenas produções, além das dificuldades de acesso ou

⁶ A intervenção foi direcionada a apenas uma das associações por questões de logística dos sujeitos envolvidos e porque outras ações de intervenção com foco na economia solidária e na agroecologia estão sendo desenvolvidas por outro grupo de estudantes na Associação de Serra do Ramalho.

gestão dos créditos rurais obtidos pelos pequenos agricultores. Questões essas que estão associadas às formas de assistência técnica, também desgastadas por seu modelo 'difusionistas' e não dialógicos.

Nesse sentido, as reflexões sobre o meio rural brasileiro destacam a necessidade de pensar o desenvolvimento de forma integrada e circunscrita em uma dimensão espacial e multissetorial. É sob essa lógica que, nos últimos anos, através da formação dos chamados territórios rurais, de identidade e mais recentemente de cidadania, se tem orientado a formulação das políticas públicas.

A adoção da abordagem territorial como base estratégica para a política de desenvolvimento – o que se tornou mais estruturada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial / Ministério de Desenvolvimento Agrário, desde 2003, em que se buscou uma maior articulação das políticas, tentando superar seu caráter mais setorial, com perspectivas de foco para uma agenda social, de valorização dos princípios democráticos (participação, representatividade) e de garantias de igualdade na diversidade (étnica, gênero, etc.) – mesmo indicando uma mudança significativa no modo de fazer e gestar a política de desenvolvimento, ainda precisa ser consolidada e, principalmente, fortalecida para proporcionar maior grau de integração das políticas, fortalecimento da participação dos atores sociais nos processos de decisão e geração de efeitos propulsores de desenvolvimento em suas múltiplas dimensões.

Partindo da concepção de gestão social do território como “um processo com implicações enormes, do (sic) caráter técnico, econômico, político, cultural e de esperança para modelos novos, ou ainda, de visões novas da sociedade, de futuro e de satisfação” (ECHEVERRI, 2009, p. 34), compreendem-se e justificam-se ações e estratégias no sentido de fomentar e potencializar a participação social nos processos de formação das agendas de governo e elaboração das políticas, assim como no monitoramento e avaliação destas.

Associado a isso se situa o papel crucial da estruturação e organização do Colegiado Territorial, enquanto institucionalidade representativa dos atores territoriais / sociais e Estado, para desempenhar qualitativamente suas atribuições e promover um desenvolvimento sustentável, sustentado e incluyente (SACHS, 2008). Conceitos estes que de forma aproximativa encontram-se também expostos no Programa de Desenvolvimento Regional, Território Sustentável e Economia Solidária.

Nesse sentido, o fortalecimento da institucionalidade territorial e a garantia de acesso aos direitos dos cidadãos, ligado ao apoio às atividades produtivas com objetivo

de geração de renda e inclusão social, constituem a base pela qual se poderá produzir e impulsionar o desenvolvimento territorial.

Compreender o papel e o grau das relações entre os atores territoriais no tocante a concepção, implementação e avaliação das políticas agrárias e agrícolas é essencial para um território que precisa privilegiar ações para o desenvolvimento no/do campo, já que ainda convive com baixo índice de desenvolvimento humano na maioria dos municípios pertencentes ao território e enfrenta fortes desafios referente a garantia da sustentabilidade ambiental devido as atividades predatórias dos produtores (desmatamento, queimadas, assoreamento do rio São Francisco).

Por outro lado, o TVC apresenta uma diversidade sócio-territorial e cultural (áreas de fundo de pasto, terras indígenas, comunidades rurais quilombolas, áreas de Reforma Agrária, comunidades dos Brejos), além do contexto do semiárido e a convivência com o Rio São Francisco, que precisam ser consideradas para a compreensão do processo de desenvolvimento pretendido e buscado pelos atores territoriais.

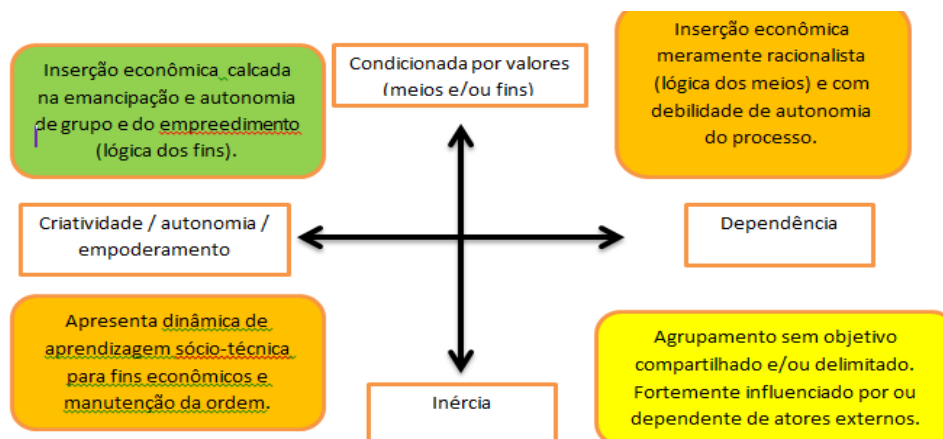
De modo geral, o enfoque de desenvolvimento territorial não está calcado no que poderia ser chamado de localismo, fechamento dos grupos sócio-espaciais ao mundo externo, mas na sua inserção coletivamente organizada, planejada e articulada com os atores locais.

Nesse sentido, o conceito de **redes locais** constitui-se no plano local e territorial do desenvolvimento como fundamental. Santos (2006) destaca que a constituição das redes locais pressupõe relações horizontalizadas, de complementaridade, negociação, no âmbito dos atores sociais, dos atores econômicos e político- institucionais. Portanto, além da relevância aos níveis de cooperação, aos processos de articulação e conexão entre estes atores de forma menos verticalizada possível e sustentável socioeconomicamente ainda tem-se as relações no âmbito das escalas geográficas – local, regional, etc.

4 MULHERES RURAIS NO DEBATE E AÇÃO

Tomando como base a questão dos atores territoriais, da constituição das redes (cooperação, institucionais, de comercialização, etc.) e o diagnóstico das associações no projeto, de modo geral, nossas reflexões nos levaram a proposição de um quadro analítico das associações de mulheres de acordo com esses elementos observados.

Figura 1: Quadro analítico do nível de organização e desenvolvimento dos empreendimentos econômicos (associações)



Elaboração: Heron Souza, Maria Ângela Alves e Fabiana Maranha da Silva.

Cada um dos quadrantes apresentados acima indica o nível/grau de organização social e produtiva das Associações. Enquanto o eixo formado por Criatividade e Condicionada por valores sinaliza o ideal; o eixo Inércia e Dependência requer maior esforço de ações para mobilizar e impulsionar a autonomia/empoderamento/autogestão das associações. Os outros dois eixos são quadros intermediários que devem ser superados ou melhorados por ações que tenham efeito de “causação circular e acumulativa ascendente” (MYRDAL, 1968).

A concepção de inércia toma por empréstimo a concepção de inércia espacial de Milton Santos (2005), guardadas as devidas distinções e ressignificações. Para este autor, a organização do espaço tem uma dinâmica histórica própria, em que as rugosidades (formas espaciais anacrônicas) ganham novas funcionalidades. Nesse sentido, a compreensão de “inércia dinâmica” advém do entendimento da forma espacial tanto como reflexo quanto como condição do processo (SANTOS, 2005, p. 45).

Deste modo, a concepção de inércia aqui adotada não significa de forma estrita estar parado no tempo, resistir à mudança ou a interação ou a construção de novos processos sociais, mas representa as contradições inerentes a esses processos, a partir de fatores e condicionantes sociais, culturais, políticos. Portanto, de forma analógica, representaria níveis diferenciados de unificação de pessoas em grupos, sem o sentido apropriado do unir, como pressupõe a diferenciação de Santos (1994) entre unir e unificar. Esta se enquadra na reprodução de valores hegemônicos, sem emancipação dos sujeitos e tomada de consciência de que efetivamente as transformações devem emergir de

processos sociais ascendentes (de baixo para cima). A união, por outro lado, representa a criatividade social, a construção de táticas de resistência, enfrentamento e superação dos condicionantes hegemônicos, é o ato colaborativo e cooperativo de construção de projetos sociais emancipatórios.

É nesse sentido que o fortalecimento das redes institucionais dos territórios com foco na Agricultura Familiar e a inserção e participação ativa das próprias Associações (representações) nessas redes - influenciando o desenho e a implementação de políticas públicas e o monitoramento e avaliação dos programas de desenvolvimento – devem ter como objetivo central a garantia da criatividade técnico-produtiva pelas chamadas tecnologias sociais, em especial as de cunho ambientais, e a autonomia/empoderamento e a autogestão. De forma objetiva, é importante entender que

A autonomia, como expressão da autodeterminação dos sujeitos, ganha a forma institucional na construção política de organizações em regimes democráticos. Quando as pessoas e os grupos sociais assumem a direção de suas ações, opiniões e pensamentos, falamos de autonomia; quando obtêm de forma coletiva o comando de organizações produtivas e sociais, falamos de autogestão (VARANDA e BOCAYUVA, 2008, p. 84)

5 ALGUMAS QUESTÕES APRESENTADAS PELAS ASSOCIAÇÕES DE MULHERES

Através dessa análise realizada nas duas associações de mulheres pesquisadas, pode-se identificar o nível de articulação/diálogo das associações de mulheres com os atores territoriais (as instâncias do governo federal, estadual, municipal, organizações não governamentais e movimentos sociais). Percebeu-se como as associações de mulheres pensam o rural e atuam nele, (re) definindo políticas. E conseguiu-se tensionar elementos para a elaboração de um plano estratégico de organização e desenvolvimento das Associações, diante de suas potencialidades e oportunidades.

É importante notar que apesar da lógica de distribuição das mulheres no espaço ser similar, o efeito negativo dos resultados da associação de mulheres rurais se dá muito mais pela frágil capacidade de se auto gerirem, ou seja, pouco nível organizativo e cooperativo.

Obviamente que o nível organizativo em que se encontra a Associação de Mulheres Camponesas (Riacho de Santana), segundo sua própria autorreflexão, justifica os poucos problemas elencados. Porém duas questões chamam atenção: a necessidade de garantir o reconhecimento e valorização dos produtos, mesmo aqueles cujo acesso ao mercado se dá mediante o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Apesar de do

ponto de vista econômico isso ser entendível pela necessidade de baixar os custos na garantia da viabilidade econômica do acesso à política, a clara reivindicação do reconhecimento de quem produz os produtos coloca-se na complexidade da execução da política e dos atores envolvidos.

Além disso, acrescenta-se também a necessidade de fomento de políticas municipais de apoio, sustentação e reconhecimento dos produtos de cunho agroecológico produzidos pela agricultura familiar, especificamente os grupos de mulheres. Esse ponto relaciona-se diretamente a constituição do comércio justo e solidário, a formação de consumidores conscientes, a valorização do trabalho das agricultoras familiares e da constituição da solidariedade próxima e sincrônica.

O que para muitos não teria importância, para elas representa o retorno da invisibilidade. Esse também é um problema interessante para as mulheres da área de ciências agrárias entender, pois envolve claramente uma questão de gênero, empoderamento, possivelmente presente em outras formas nas relações de produção agrícola, por exemplo.

De modo geral, dentre as diversas dificuldades encontradas nas associações foram citadas a falta de assistência técnica; assistência social; dificuldade em acessar os programas das políticas públicas, a fragilidade de apoio dos órgãos municipais e estaduais; a dificuldade em arrecadar fundos para a participação de eventos ou desenvolvimento de projetos de capacitação.

6 CONSIDERAÇÕES

Esse trabalho de pesquisa demonstrou dois aspectos. O primeiro é a importância da metodologia da pesquisa-ação para um fazer científico com significado social. Isto é, é preciso dialogar, conhecer, visualizar quais são as perspectivas dos grupos de agricultores/as para daí propor uma ação também dialogada. É uma tarefa mais difícil, porém, com mais chances de bons resultados e engajamento das agricultoras.

O segundo aspecto é como essas mulheres pensam e vivem o rural. É na relação com a terra, o plantar, mas também com o processar o produto, ou mesmo com o artesanato como forma de complementação da renda. Uma clara expressão da pluriatividade.

Através dessa análise realizada nas duas associações de mulheres pode-se perceber que apesar das dificuldades encontradas, ambas apresentam muitos pontos positivos como a força em permanecer unidas, a troca de saberes de uma para outra, a

diversidade de produtos e subprodutos e a preocupação em produzir de forma sustentável, tendo como prioridade a segurança e a saúde alimentar. Ponto este que tem sido pensado e fortalecido com a perspectiva agroecológica.

Apesar das práticas sustentáveis de produção e mesmo a construção do discurso e prática calcada na agroecológica ser uma realidade latente e em processo nas associações de mulheres pesquisadas, ainda se percebe o distanciamento disso no processo de operacionalização das políticas / programas. Exemplo disso é que não há incentivo ou disponibilidade de acesso ao PRONAF Agroecologia, não há mobilização para o Controle Social na Venda Direta dos produtos da agricultura familiar, em especial aqueles destinados ao Programa de Aquisição de Alimentos, dentre outros. São ações que requerem o fortalecimento das instituições e atores territoriais para pensar o desenvolvimento integrado e sustentável do campo.

No entanto, o fortalecimento da institucionalidade territorial e a garantia de acesso aos direitos dos cidadãos, ligado ao apoio às atividades produtivas com objetivo de geração de renda e inclusão social, constituem a base pela qual se poderá produzir e impulsionar o desenvolvimento territorial.

A pesquisa evidenciou como em determinado caso a ação de atores institucionais / territoriais associado a capacidade colaborativa e organizativa interna promoveu avanços significativos; e em outro, como o contexto contraditório de construção da colaboração dificulta a organização sócio-produtiva, por um lado, mas a força das relações com atores territoriais permitiu acessar políticas, por exemplo, resultando no quadro analítico por categorias, apresentado acima.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico**. Bahia: MDA/SDT/CODETER, novembro de 2010.

_____. **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável**. Brasília: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/Condraf, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural/NEAD, 2003. Disponível em: <<http://www.nead.gov.br> f> Acesso em outubro 2010a.

ECHEVERRI, Rafael. A gestão social dos territórios: o desafio da multidimensionalidade – uma visão a partir da América Latina. In.: BACELAR, Tânia et al. **Gestão Social dos territórios**. IICA, 2009. (Série Desenvolvimento Sustentável, v. 10).

HERRERA, Juan. **Cartografia Social**. (2008) >. Disponível em: > Acessado em janeiro de 2013.

LEITE et al. **Impactos dos Assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: IICA: NEAD. São Paulo: UNESP, 2004.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. HERRERA, Juan. **Cartografia Social**. (2008). Disponível em: > Acesso em: 23/11/2015.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao lugar**. São Paulo. Edusp. 2005

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

VARANDA, Ana Paula de Moura e BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. **Tecnologia Social, Autogestão e Economia Solidária**. Rio de Janeiro: FASE | Ippur | Lastro | UFRJ, 2009.